

IIIª Sondagem Instituto BBVA de Pensões

Principais conclusões sobre as pensões e os hábitos de poupança em Portugal

O Instituto BBVA de Pensões realizou em Outubro de 2015 a IIIª Sondagem sobre as pensões e os hábitos de poupança em Portugal. Esta sondagem revela a evolução das atitudes em relação à poupança, à informação, ao conhecimento e às expectativas sobre as pensões.

A Poupança: aspetos prévios

Em 2015, a percentagem de portugueses que conseguem poupar aumentou 11%, mas paralelamente diminuiu a média mensal de poupança relativamente ao resultado de 2014 (-71 euros).

- A perceção de que hoje as dificuldades são sensivelmente superiores às que existiam há 5 anos continua a persistir, apesar do “pessimismo” ser menor do que o observado em 2014. A percentagem dos entrevistados que consideram que poupam o mesmo aumentou 9% face a 2014 e dos que evitam fazer comparações incrementou 16% face a 2013.
- O mecanismo fundamental que fomenta a poupança é a procura de uma maior segurança perante contingências que o futuro poderá reservar.
- Diríamos que a crise promoveu a necessidade de poupar, motivada pelo receio que provoca a incerteza económica.

Atitudes

Os **conceitos associados à reforma** têm como primeira referência os aspetos relacionados com mais tempo livre para a realização de atividades de lazer, e em segundo lugar vêm as questões relacionadas com saúde, que incluem a velhice e a dependência.

- Por segmentos de população, as referências ao eixo lazer são relativamente superiores nas pessoas mais jovens com idade entre os 18-25 anos. A partir dos 46 anos aumentaram as referências aos eixos saúde e economia.
- A acumulação de poupança ao chegar à reforma, faz com que também se estabeleça uma associação mais direta ao lazer, ou seja “ter poupança é ter uma maior capacidade para dispor de tempo livre”.

- Entre os aforradores existe uma maior associação do conceito de reforma ao lazer, enquanto entre os não aforradores, a reforma está relativamente mais associada a insegurança e a recursos económicos insuficientes.
- A disposição para **trabalhar após a reforma**, está mais associada à redução do ritmo de trabalho do que a deixar de trabalhar. A maioria dos inquiridos representados por 44%, tem como opinião que ao atingir a reforma continuarão a trabalhar mas a um ritmo mais moderado, enquanto 30% indica que deixará de trabalhar. As pessoas com mais de 46 anos pensam que continuarão a trabalhar toda a vida como até agora. Ainda, os aforradores são aqueles que afirmam que continuariam a trabalhar toda a vida como até agora, mas com um ritmo mais moderado.
- No entanto, não existe a perceção de obrigação de trabalhar para proporcionar os recursos económicos que se possam necessitar.

A poupança para reforma

- A perceção principal de **52%** dos entrevistados é que quando chegar o momento da reforma, não se terá o nível de vida adequado, especialmente junto das pessoas com mais de 36 anos e nos segmentos da população de classe média e baixa.
- Apenas **38%** das pessoas entrevistadas começaram a poupar para complementar a reforma.
- Os principais instrumentos financeiros utilizados para canalizar esta poupança foram os PPR/Fundos de Pensões e Depósitos a Prazo.
- Os entrevistados que ainda não começaram a poupar para a reforma, justificaram-no simplesmente pela falta de possibilidades económicas ou também por se considerarem ainda jovens para começar a poupar para a reforma, especialmente os que tinham menos de 35 anos.
- Os argumentos para não pouparem não fizeram referência à caracterização financeira dos diferentes produtos.

A informação

- Cerca de 45% das pessoas entrevistadas manifestaram **interesse** em receber informação sobre aspetos relacionados com a sua pensão.
- A **informação sobre** montante e idade de reforma foi a que conquistou maior interesse.
- Os diferentes canais **através** dos quais desejariam receber informação dependem da idade e do nível socioeconómico da pessoa entrevistada. Os segmentos com menor idade e mais alto o *status* económico, têm preferência pela internet e pelo correio eletrónico, enquanto os segmentos com maior idade e menor status económico preferem o correio normal.

O conhecimento

- O **desconhecimento sobre as características do Sistema Público de Pensões em Portugal tem vindo a aumentar**, nomeadamente a percentagem de entrevistados que não conhecem o número de anos de contribuições necessário para receber 100% da pensão, tendo incrementado de 36% para 43% entre 2013 e 2015. No entanto, existe uma correlação positiva entre o conhecimento que se tem sobre o número de anos necessários com contribuições e a idade.
- Também assistimos à **perceção de que são cada vez necessários mais anos de contribuições para receber 100% da pensão de reforma** e que o valor da pensão vai diminuindo ao longo do tempo. A noção dos anos necessários para receber uma pensão completa tem aumentado progressivamente, de 35,9% em 2013, para 36,5% em 2014 e 37,9% em 2015.
- Em 2015, apenas 59% dos entrevistados têm **conhecimento sobre os seus próprios anos de contribuições**, face a 68% em 2014.
- A **perceção social da pensão média em Portugal** é caracterizada pelo aumento do desconhecimento sobre o montante da pensão média, sendo que 32% dos entrevistados não responderam à pergunta. Assistimos a uma perceção de decréscimo progressivo do montante da pensão média em Portugal. Em 2013 esse valor era de 493,5€, em 2014 de 457,7€ e em 2015 de 409,9€.
- Existe uma **desconfiança** generalizada das pessoas entrevistadas sobre o facto do **Fundo de Estabilização Financeira ter capacidade suficiente para garantir o pagamento de pensões futuras**. O Fundo de Estabilização Financeira é conhecido por 29% dos entrevistados, no entanto, dois em cada três dos entrevistados que o conhecem, não acreditam que possa ser suficiente para pagar pensões futuras.
- As **alterações na legislação** relativas às pensões, apenas são conhecidas por 38% dos inquiridos. Contudo, há um sentimento negativo do futuro, com destaque para uma maior perceção de que nesse futuro as pensões serão mais baixas, acessíveis mais tarde e serão necessários mais anos de contribuições.
- Apesar de todo este pessimismo perante o que o futuro poderá reservar em matéria de pensões, em comparação com 2014, há uma diminuição da percentagem de inquiridos que atribuem pensões com montantes mais baixos e mais anos de contribuições no futuro.
- Em conclusão, a população portuguesa é pessimista quanto ao futuro, mas actualmente esse nível de pessimismo é menor do que em 2014.

As Expetativas

Em relação à situação pessoal ou familiar,

- A maioria dos portugueses considera que quando chegar o momento de receber uma pensão, o seu **nível de vida será inferior** ao que tem atualmente, apesar de ser o mais relevante, este sentimento tem-se vindo a reduzir desde 2013.
- 24% dos questionados acreditam que no futuro terão de dedicar parte dos seus rendimentos para **apoiar economicamente a sua família**. Este sentimento é relativamente mais elevado no segmento 18-35 anos e nas classes alta, média-alta e média. Nos segmentos com mais de 46 anos e na classe baixa e média baixa, existe uma maior perceção que **necessitarão de receber apoio económico da sua família**.

Em relação ao Sistema Público de Pensões

- Os portugueses em média esperam receber uma pensão de 532,4€ e estimam que necessitariam de 871,7€ para viver, dando origem a um **défice de 339,3€**.
- Cerca de 60% dos entrevistados afirmam que necessitariam para viver, de uma pensão superior a 600 € por mês. Em todos os segmentos da população estima-se que existe um défice entre o que se espera receber e o que se considera que seria necessário para viver. Neste sentido, **os segmentos de população que identificam um maior diferencial entre o que esperam receber como pensão e que necessitam** são as mulheres, as pessoas entre os 26 e os 55 anos, a classe baixa e média-baixa e os residentes no Algarve.
- **Os portugueses mostram-se preocupados com o Sistema Público de Pensões**, com dois em cada três entrevistados bastante ou muito preocupados, mas podemos afirmar que existe um decréscimo progressivo do nível de preocupação.
- Em coerência com o acima referido, apesar de persistirem dúvidas sobre se no momento em que nos reformemos irá existir o Sistema Público de Pensões, existem menos dúvidas do que em 2014.

As Pensões

- Em relação à análise das escolhas sobre a idade de reforma, a lei de reforma das pensões, a utilização do Fundo de Reserva da Segurança Social e a responsabilidade de atingir um nível de vida adequado no momento da reforma, os inquiridos são partidários em manter a idade de reforma nos **66 anos**. É importante ter em consideração que a perceção social é que qualquer alteração que ocorra irá no sentido de incrementar essa idade e não de reduzi-la, explicando a unanimidade na resposta dos inquiridos, apesar de não acreditarem que com todas as alterações essa idade poderá aumentar.
- Existe uma **perceção que as alterações legislativas não garantem as pensões públicas** em dois em cada três entrevistados. O papel do principal responsável

em assegurar um nível económico adequado ao chegar o momento da reforma cabe ao Estado, apesar de assistirmos a um aumento da perceção de corresponsabilidade dos cidadãos e das empresas nessa tarefa.

A Estrutura da poupança

- Depois da análise da informação, das expectativas e das opiniões dos cidadãos sobre o Sistema Público de Pensões, identificamos quais **as condutas de poupança** associadas à reforma instituídas na sociedade portuguesa.
- Existe uma persuasão generalizada, sobre **a necessidade de poupar** para complementar a pensão dos sistemas públicos, representando 94% dos inquiridos. Podemos afirmar que essa predisposição de poupar a pensar na reforma é inclusivamente superior à observada há um ano atrás na sondagem.

A estruturação da poupança

- A **percentagem de rendimentos anuais dedicados à poupança para a reforma aumentou**, situando-se maioritariamente entre os 5% e os 15%. Contudo, a percentagem dedicada à poupança para a reforma foi qualificada como insuficiente em 61% dos entrevistados.
- Desde 2013, a **idade em que se começa a poupar para a reforma tem decrescido de forma progressiva**, situando-se atualmente nos 26,1 anos, comparativamente a 32,6 anos em 2013 e 27,7 anos em 2014. No universo de pessoas que poupam para a reforma, 53% tem um plano de poupança definido.
- Os principais motivos indicados pelos que não estão atualmente a poupar para a reforma são a falta de capacidade económica e não tanto a falta de interesse.

As atitudes face à poupança

- A **idade que se considera ideal para começar a poupar para a reforma** tem-se reduzido progressivamente. Em 2013 essa idade média estimada era de 33,2 anos, em 2014 baixou para os 29 anos e em 2015 é de 27,9 anos.
- Aqueles que já começaram a poupar para a reforma, consideram que o ideal seria que tivessem iniciado a poupar antes e a alocar cerca de 17% dos seus rendimentos anuais.

Os produtos de poupança

- Cerca de 55% dos portugueses considera que seguiu uma estratégia adequada para a sua reforma.
- Os **principais produtos financeiros que canalizam a poupança para a reforma** são os PPR/Fundos de Pensões e os Depósitos Bancários, com 39% e 37%, respetivamente. Relativamente a 2014, os Depósitos Bancários ganharam peso relativo em detrimento dos PPR's /Fundos de Pensões.

Os principais canais para pedir informação e aconselhamento sobre produtos e serviços financeiros

- A grande referência para pedir informação e aconselhamento no momento de investir é o banco e o assessor financeiro/gestor bancário, mais de 50% das pessoas entrevistadas recorrem-lhes em “primeiro lugar”, enquanto 16% afirma que em “primeiro lugar” iria procurar informação junto de amigos e familiares. Em todo o caso, está claro que uma informação que implica juízo de valor está associada a pessoas, seja o gestor ou o familiar. Entre os aforradores e especialmente os que mais poupam e os que poupam para reforma, o canal com maior protagonismo para se informarem e receber aconselhamento é o banco e o assessor financeiro/gestor bancário.

Conclusões gerais

A crise promoveu uma maior cultura da necessidade de poupar para poder enfrentar as dificuldades que se possam apresentar a qualquer momento, pressupondo uma maior percentagem de aforradores, mas também a integração de novos segmentos da população, contribuiu para o decréscimo da média mensal de poupança.

- Poupa-se principalmente pela SEGURANÇA nas condições de vida. Em concreto, a poupança para a reforma fundamenta-se principalmente na convicção de que nesse momento da sua vida haverá um défice entre o que são as suas necessidades económicas e o montante que poderá receber através das Pensões Públicas, com um défice que estimam em 339,3€/mês.
- Deseja-se uma reforma na qual a maior parte de tempo livre esteja associada a lazer e para a qual a falta de recursos económicos não constitua um obstáculo.
- Há um sentimento de pessimismo relativamente ao Sistema Público de Pensões em Portugal, ainda que inferior ao que existia em 2014. Assim, acreditam que no futuro serão necessários:
 - Mais anos de contribuições.
 - A idade de reforma será superior à atual.
 - A pensão será inferior à atual.
 - Essa desconfiança estende-se inclusivamente à própria sustentabilidade do Sistema Público de Pensões em Portugal.
- Perante este panorama, aumentou a perceção de que para manter um nível de pensões adequado, deve haver um envolvimento tanto das empresas como dos cidadãos, para além do Estado. Através desta convicção de maior envolvimento da cidadania e que a poupança atual para alcançar esse objetivo é insuficiente, compreende-se que:
 - Seja consagrada uma maior percentagem dos seus rendimentos à poupança para a reforma.
 - Desça a idade a partir da qual se começa a poupar.

Técnica de estudo	<ul style="list-style-type: none">• Quantitativa.
Técnica utilizada	<ul style="list-style-type: none">• Entrevista Telefónica (Sistema CATI) com base num questionário• semiestruturado.
Universo de análise	<ul style="list-style-type: none">• População portuguesa e residente em Portugal.
Detalhe do planeamento metodológico e justificação estatística	<ul style="list-style-type: none">• Realizaram-se 1.004 entrevistas, o que supõe um erro da amostra de $e = \pm 3,16\%$ para um nível de confiança de 95,5% 2σ.• A distribuição das entrevistas foi representativa do universo.
Trabalho de campo	<ul style="list-style-type: none">• De 29 de Setembro a 15 de Outubro de 2015.